



LEITURA DOCUMENTÁRIA: ESTUDO COM OS BIBLIOTECÁRIOS NA ÁREA JURÍDICA DA CIDADE DE JOÃO PESSOA

Sara Stefânia Travassos de Brito

Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB e Bacharel em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa - UNIPÊ, e-mail: saratravassos@hotmail.com

Geysa Flávia Câmara de Lima Nascimento

Docente do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, e-mail: geysaflavia@gmail.com

Rosana Amâncio Pereira

Graduanda do curso Biblioteconomia pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB, e-mail: rosanabiblioarq@gmail.com

RESUMO

Apresenta a característica da subjetividade da indexação dos Bibliotecários Jurídicos na cidade de João Pessoa. Apresenta, ainda, o *modus operandi* desta atividade. A Leitura Documentária (LD) é como o pontapé para que iniciemos a atividade da indexação, já que esta é a ferramenta utilizada pelos profissionais bibliotecários para que se possa dar uma diretriz no momento da busca. Mostramos a indexação como meio de recuperação de informações. Utilizamos para tanto, como campo de pesquisa a Biblioteca do Centro de Ciências Jurídicas – CCJ/UFPB, a Biblioteca Dr. Hugo Rodrigues dos Santos – MPPB, a Biblioteca Desembargador Osias Nacre Gomes – TJ/PB, a Biblioteca Procurador João Jurema – TRE/PB e a Biblioteca Sociólogo Odilon Ribeiro Coutinho – TRT 13ª Região. Utilizou-se, ainda, a entrevista para que fossem coletados os dados que precisávamos para complementar a pesquisa acerca da subjetividade no ato de indexar.

Palavras-chave: Indexação. Leitura Documentária. Bibliotecário Jurídico.

ABSTRACT

Has the characteristic of subjectivity indexing of Legal Librarians in the city of João Pessoa. It also presents the *modus operandi* of this activity. The Documentary Reading (L0D) is like the kick we start the activity index, since this is the tool used by professional librarians who can give a guideline at the time of the search. Indexing means to show the information retrieval. Used for both, as a research field the Center Library of Juridical Sciences - CCJ / UFPB Library Dr. Hugo Rodrigues dos Santos - MPPB the Library Judge Osias Nacre Gomes - TJ / PB, the Library Attorney John



Jurema - TRE / PB and Library Sociologist Odilon Ribeiro Coutinho - TRT 13th Region. It was used also for the interview to collect the data we needed to complement the research on subjectivity in the act of indexing.

Keywords: Information. Indexing. Documentary Reading. Legal Librarian.

1 INTRODUÇÃO

Inicialmente, o presente trabalho monográfico foca sua análise no estudo com alguns Bibliotecários Jurídicos (BJ) na cidade de João Pessoa, pesquisando acerca da LD, contribuindo para uma melhor explanação do assunto.

Procuramos demonstrar a relevância do Bibliotecário Indexador (BI) no que tange à capacidade de informar ao usuário, de forma rápida e precisa, por meio de dados colhidos de determinadas obras, dando-lhes a oportunidade de demonstrar como tal trabalho é feito, e de quantas formas ele pode ser elaborado atingindo o mesmo resultado, relatando de maneira eficaz e técnica as informações daquela obra, ora apresentada.

A preocupação central do trabalho, aqui apresentado, se dá quanto à forma que cada BJ vai se utilizar para indexar. Ainda que a técnica seja a mesma, a interpretação de cada profissional não vai ser igual ao dos demais profissionais. Todo Bibliotecário tem uma maneira ímpar de indexar.

A escolha do tema traça a subjetividade que a atividade de indexação traz à tona quando o BI trabalha com a técnica e com seu ponto de vista. Descreve, ainda, a importância do uso das Linguagens Documentárias para que possamos ter uma melhor recuperação da informação, auxiliando, assim, o usuário a interagir com o conteúdo.

A LD enfatiza o papel do BI, no caso concreto, o BJ, para que possamos analisar a subjetividade utilizada por meio de dados colhidos em diferentes bibliotecas jurídicas e com alguns bibliotecários que assumem essa função de indexar as obras escolhidas.

Em razão da elaboração do trabalho em questão, o mesmo foi feito por meio de análises de LD de cada bibliotecário no momento em que desempenhava tal tarefa.



Foi feito, ainda, por meio de uma pesquisa qualitativa, levantamentos bibliográficos, publicações de periódicos, monografias e artigos divulgados na internet. O estudo envolve aspectos técnicos e sociais.

Na pesquisa qualitativa, trabalhamos o aspecto descritivo, assim, descrevemos a opinião de profissionais e analisamos o processo a partir da visão destes profissionais. Fazemos uma correlação dos fatos colhidos e apresentamos seus resultados.

Diante do exposto, foram estabelecidos os seguintes objetivos deste estudo:

2 OBJETIVO GERAL

Avaliar o processo de indexação nas bibliotecas jurídicas na cidade de João Pessoa, promovendo reflexões sobre a adequação da representação dos termos no tratamento da informação.

2.1 Objetivos Específicos

- ✓ Conhecer as fontes informacionais que permeiam a Ciência do Direito a partir da pesquisa do acervo bibliográfico nas bibliotecas jurídicas;
- ✓ Mostrar a importância do papel do bibliotecário jurídico no tratamento, recuperação e disponibilização da informação para os usuários dos serviços de uma biblioteca especializada em Direito;
- ✓ Identificar os descritores utilizados na representação dos livros jurídicos, verificando sua adequação para uma recuperação satisfatória da informação.

3 INDEXAÇÃO

A finalidade da indexação é a de atender a necessidade do usuário no momento em que este deseja realizar uma busca, facilitando-a. É a necessidade de recuperar conforme aquilo que o usuário quer. Dessa forma, identificamos a indexação como o ponto de partida para uma fácil e rápida recuperação informacional, de maneira eficiente e rica em detalhes.



O bibliotecário indexador utiliza-se de ferramentas mentais e não só sistemáticas para atingir seu objetivo, objetivo este que é o de disseminar a informação de maneira adequada aos que a buscam. Esta questão aborda a cognição da indexação.

A linguagem é um elemento importante na indexação. Destacamos a Linguagem Documentária. A indexação, enquanto atividade que cria representações de conteúdos explícitos e implícitos dos documentos utiliza-se de uma linguagem constituída de termos que podem ser armazenados ou usados para busca em linguagem natural ou convertidos para o vocabulário do sistema, ou seja, uma Linguagem Documentária.

A Linguagem Documentária pode ser considerada como uma ferramenta que representa a informação do documento de forma condensada.

Como bem preleciona Boccato (2009):

A linguagem documentária desempenha um papel fundamental na indexação e recuperação da informação. Quando a linguagem documentária não corresponde às necessidades de representação dos conteúdos dos documentos [...] afeta a atuação desses processos, comprometendo a realização de buscas e serviços.

Na mesma linha de pensamento, Lara (2004, p.232) condiciona o uso da linguagem documentária como ferramenta facilitadora da busca pela informação desejada:

A denominação Linguagem Documentária, além de referir-se ao conjunto dos diferentes tipos de instrumentos especializados no tratamento da informação bibliográfica (sistemas de classificação enciclopédicos ou facetados e tesouros), designa, de modo mais amplo e completo, a linguagem especialmente construída para organizar e facilitar o acesso e a transferência da informação.

A indexação deve fornecer ao usuário um resultado eficaz, de modo que facilite a difusão da informação. As LDs transformam o conhecimento em informação, como bem preleciona Nascimento (2008), fazendo um paralelo com as Linguagens Naturais. Nascimento (2008) é feliz quando traduz o objetivo das Linguagens Documentárias dessa maneira. É outra forma de enxergar a LD.

Ainda assim, sabemos que é necessário um conhecimento prévio da estrutura do texto para que a LD seja realizada com sucesso. Tal prerrogativa passa a ser



quase uma exigência, principalmente em se tratando de bibliotecas especializadas, onde é importante que o profissional conheça o seu local de trabalho para que este possa melhor atender às necessidades daqueles que ali estão para usufruir de um bom atendimento.

Podemos separar a indexação em duas etapas: a indexação manual e a indexação automática. A indexação manual é subdividida em análise conceitual e tradução, na visão de Lancaster (2004) e de Bruzinga *et al.* (2007). Já a indexação automática é subdividida em indexação por extração automática e indexação por atribuição automática.

A indexação manual não é considerada o meio mais ágil para a disseminação informacional, já que seu processo é lento, como o próprio nome diz, é feito manualmente, um a um, sendo necessária uma leitura e uma análise aprofundada de cada documento, consumindo o tempo do profissional indexador. Além da morosidade no procedimento, a inconsistência quanto ao que é indexado preocupa a classe de bibliotecários. Borko (1977 *apud* GUEDES, 1994, *apud* BRUZINGA *et al.*, 2007, p.183) descreve esta inconsistência como sendo:

a inconsistência interindexadores (diferentes indexadores atribuindo diferentes termos-índice a um mesmo conceito/documento) e intraindexador (o mesmo indexador atribuindo diferentes termos-índice a um mesmo conceito/documento, em diferentes momentos).

Quanto à indexação automática, esta é tida como menos complexa, já que o fator tempo é poupado. Ainda que seja feita a indexação obra por obra, como na indexação manual, a indexação automática tem como aliado uma memorização de palavras e conceitos já utilizados anteriormente e que foram guardados no meio digital que é utilizado para indexar os documentos, auxiliando o indexador e tornando o trabalho mais hábil.

Na indexação por extração, os termos são extraídos do próprio documento. Estes termos são selecionados e servem para representar o conteúdo de determinado documento. Percebe-se que todas as informações utilizadas na indexação partem diretamente da obra analisada. Na indexação por atribuição, os termos que vêm a representar o documento são aqueles vindos de outra fonte que



não o próprio documento, de uma fonte externa. Uma dessas fontes é o próprio indexador. Pode-se dizer, também, que a partir de um vocabulário controlado é possível fazer uma indexação por atribuição, já que o vocabulário controlado é aquele que hierarquiza os conceitos e representa áreas temáticas.

Sabe-se que a indexação facilita o processo de recuperação da informação, como já dito anteriormente. Para dar início a esse processo de fornecimento de informações, temos a LD. É preciso otimizar o tempo do usuário, e, para tanto utiliza-se a LD como meio para que a informação seja disseminada de forma mais ágil.

Segundo Fujita (2004, s.p.):

Qualquer processo de compreensão de texto escrito é, portanto, um ato de comunicação que envolve três variáveis: o leitor munido de objetivos para a leitura, o texto contendo as ideias do autor e o contexto composto de elementos influentes na leitura.

O bibliotecário como leitor profissional que o é, precisa entender o processo de comunicação no qual o texto foi criado.

Para Santos (2009, p.6):

A leitura documentária permitirá identificar aspectos externos do documento que fornecerão as informações referentes ao contexto do mesmo e a identificação de aspectos internos do texto com relação a sua estrutura e conteúdo.

É a forma de o bibliotecário expressar, de expor, aquilo que é “implícito” aos olhos do usuário, fazendo com que o mesmo tenha acesso a informações ali contidas que talvez desconhecesse, e assistindo àqueles que as buscam.

Tomamos por indexador o profissional que cataloga, classifica e indexa algum documento. É aquele que analisa o assunto do documento em questão, é, ainda, aquele que compreende, ou tenta compreender, de modo geral, o documento apresentado para então descrever seu teor de forma que a informação seja recuperada e disseminada eficazmente. Boccato (2012) assevera:

[...] as visões holística e coletiva do bibliotecário indexador são privilegiadas, contribuintes para a definição de um tratamento temático da informação e na modelagem de sistemas de recuperação da informação. A partir dessa



concepção, a área de Ciência da Informação volta-se para uma dimensão teórica focada por abordagens interpretativas, centradas no aspecto semântico e no contexto social da informação, do bibliotecário indexador e do usuário.

Analisando o que Boccato (2012) nos apresenta, percebemos a relevância do papel desempenhado pelo bibliotecário indexador. Quando ela fala na visão holística, temos a dimensão desta atividade. A necessidade de entender o fenômeno informação e o modo pelo qual esta será passada para os consulentes. A Ciência da Informação centrada na significação do que o bibliotecário, a informação e o usuário representam transparece verdadeiramente o papel do profissional disseminador de informações.

Um ponto relevante a se destacar é a importância do indexador conhecer bem o ambiente de trabalho para o qual prestará serviço. No caso concreto aqui apresentado, o indexador tem de conhecer bem a área jurídica, tem de entender aquilo pelo o que os usuários buscam. Assim, numa biblioteca jurídica, é de suma importância inteirar-se acerca da linguagem jurídica para melhor auxiliar o usuário quando da disseminação informacional.

4 TRILHA METODOLÓGICA

Optamos pela pesquisa qualitativa que tem por objetivo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social. Trata-se de reduzir a distância entre indicadores e indicados, entre teoria e dados, entre contexto e ação (Maanen, 1979, p.520 *apud* SILVA, 2010). O método escolhido para a realização da investigação é a pesquisa descritiva por permitir a observação, o registro, a análise e a correlação dos fatos. (MARCONI; LAKATOS, 2002, p. 20)

Para dar início à pesquisa de campo escolhemos as obras que seriam indexadas e preparamos um itinerário para seguirmos e apresentar tais obras aos BJs que seriam posteriormente entrevistados. Após selecionarmos quais bibliotecas iríamos nos dirigir, preparamos as perguntas e colocamos os BJs a par do que estava sendo pesquisado.



Os títulos foram apresentados aos BJs e estes ficaram à vontade, por tempo indeterminado, utilizando-se de diversas fontes para realizarem tal atividade. Ao terminarem a indexação, estes responderam às perguntas que lhe foram feitas. A técnica de coleta de dados eleita foi a entrevista, por permitir a proximidade da pesquisa com a atuação do profissional na área de indexação.

Para nossa pesquisa optamos trabalhar com a entrevista padronizada (estruturada) que tem como característica o roteiro que é seguido pelo entrevistador, construído de forma prévia, onde as perguntas aos indivíduos da pesquisa são predeterminadas. Ela é elaborada por formulário e aplicada em pessoas escolhidas dentro do universo a ser explorado.

Delimitamos como campo de nossa pesquisa cinco bibliotecas jurídicas na cidade de João Pessoa, quais sejam: Biblioteca do Centro de Ciências Jurídicas – CCJ/UFPB; Biblioteca do Ministério Público da Paraíba – MP/PB; Biblioteca do Tribunal de Justiça da Paraíba – TJ/PB; Biblioteca do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba – TRE/PB e; Biblioteca do Tribunal Regional do Trabalho – TRT 13ª Região.

O universo da pesquisa constituiu-se de 5 (cinco) bibliotecários que exercem sua função nestas bibliotecas jurídicas da cidade de João Pessoa.

A pesquisa desenvolveu-se entre os meses de março e abril de 2013 nos três turnos: manhã, tarde e noite; a depender da flexibilidade nos horários dos bibliotecários para serem entrevistados. Para preservação do anonimato dos entrevistados, utilizamo-nos da sigla (BJ) – bibliotecário jurídico, e números. Este cuidado ajuda no processo de interpretação e análise dos dados.

A escolha dos títulos foi aleatória, dentro da nossa biblioteca pessoal, onde elegemos quatro áreas distintas do Direito, a saber: Direito da Criança e do Adolescente; Direito Civil; Medicina Legal e Direito Penal. O quantitativo de descritores para cada título não foi estabelecido.



Tela 1- Livro 1

AUTORIA: Carvalho, Jeferson Moreira de.
TÍTULO: Adoção Internacional / estatuto da criança e do adolescente e convenção de Haia / Jeferson Moreira de Andrade.-
EDIÇÃO: 2.ed. revista e atualizada
IMPRESSÃO: Belo Horizonte : Del Rey, 2012.
DESCRIÇÃO FÍSICA: 90p.-
ASSUNTOS:
NÚMERO DE CHAMADA: 347 C331a 2.ed.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2013

A presente obra ressalta a importância da adoção internacional e facilita a leitura sobre o tema. Os cinco bibliotecários jurídicos indexaram a obra escolhida e chegaram à seguinte relação de assuntos:

Quadro 1 - Indexação do livro “Adoção Internacional: estatuto da Criança e do Adolescente e Convenção de Haia”

	Descritor 1	Descritor 2	Descritor 3	Descritor 4	Descritor 5
BJ 1	Direito Internacional	Adoção	Adoção Internacional	Estatuto da Criança e do Adolescente	Convenção de Haia
BJ 2	Direito Internacional – Adoção	Estatuto da Criança e do Adolescente	-	-	-
BJ 3	Adoção Internacional	Adoção	-	-	-
BJ 4	Adoção	Estatuto da Criança e do Adolescente	Convenção de Haia	Lei 8.069/1990	-
BJ 5	Estatuto da Criança e do Adolescente	Menores	Adoção Internacional	Direito Comparado	-

Fonte: Dados da Pesquisa, 2013.

Ao analisarmos os descritores escolhidos pelos bibliotecários jurídicos, verificamos a verossimilhança entre os assuntos atribuídos às obras que lhes foram apresentadas. Observamos, ainda, que os profissionais bibliotecários poderiam ter ido além do que o título da obra oferece. Talvez, o que mais tenha se aprofundado tenha sido o Bibliotecário Jurídico 4, que utilizou-se da numeração da lei para



designar o Estatuto da Criança e do Adolescente de maneira distinta. É certo que todos os bibliotecários descreveram a obra de maneira unitária. Nenhum deles desvirtuou-se do caminho que deveriam seguir, sem descrevê-la como algo que não fizesse parte da obra. O BJ1 foi o único a descrever a obra como 'Convenção de Haia', abrangendo o leque de descritores da mesma.

Concluimos que a respeito do livro sobre Adoção Internacional os bibliotecários jurídicos foram fiéis ao que a obra representa. Talvez pudessem ter se aprofundado mais e levantar questões possivelmente utilizadas para busca.

Tela 2- Livro 2

AUTORIA: Gonçalves, Carlos Roberto.

TÍTULO: Direito civil brasileiro : v.6 / Direito de família / Carlos Roberto
Gonçalves.-

EDIÇÃO: 8.ed. revista e atualizada

IMPRESSÃO: São Paulo : Saraiva, 2011.

DESCRIÇÃO FÍSICA: v.6

NOTAS: v.6 direito de família

ASSUNTOS:

NÚMERO DE CHAMADA: 347(81) G635d 8.ed.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2013

Dentre outros assuntos referentes à modalidade da família, a obra abarca de maneira marcante a evolução desta, desde o Código de 1916 até o vigente Código de 2002. Trata ainda sobre a relação homoafetiva e as novas determinações acerca desta nova forma de família.

Após a indexação dos bibliotecários jurídicos, temos como assuntos os seguintes descritores:



Quadro 2 - Indexação do livro “Direito Civil Brasileiro: direito de Família”

	Descritor 1	Descritor 2	Descritor 3	Descritor 4	Descritor 5	Descritor 6
BJ 1	Direito Civil	Brasil	Direito de Família	-	-	-
BJ 2	Direito Civil – Brasil	Direito de Família – Brasil	-	-	-	-
BJ 3	Direito de família	-	-	-	-	-
BJ 4	Direito de família	Direito Pessoal	Direito Patrimonial	União Estável	Tutela	Curatela
BJ 5	Direito Civil – Brasil	Direito de família	-	-	-	-

Fonte: Dados da Pesquisa, 2013.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, os bibliotecários jurídicos utilizaram informações bastante semelhantes ao descreverem o livro de Direito Civil. Ao analisarmos o quadro de descritores vemos que todos os bibliotecários descreveram-no como “Direito de família”, e pelo menos metade descreveu-a também como “Direito Civil”. Notamos que alguns foram mais sucintos que outros, mas que a pesquisa sobre esta obra seguiu uma mesma linha de raciocínio.

Tela 3 - Livro 3

<p>AUTORIA: França, Genival Veloso de. TÍTULO: Medicina Legal / Genival Veloso de França.- EDIÇÃO: 9.ed. IMPRESSÃO: Rio de Janeiro : Guanabara Koogan, 2011. DESCRIÇÃO FÍSICA: 694p. : il.- ASSUNTOS: NÚMERO DE CHAMADA: 340.6 F814m 9.ed. SIGLA DO ACERVO: CCJ_MON</p>
--

Fonte: Dados da Pesquisa, 2013



“Medicina Legal” do professor Genival Veloso de França atribui novas informações sobre as propostas da medicina legal, ajudando na melhoria das perícias médico-legais onde “os elementos integrantes do corpo de delito sejam devidamente ressaltados no interesse da Justiça como contribuição insubstituível à verdade material que se quer provar.” (Nota do Autor)

A seguir, os assuntos atribuídos pelos bibliotecários jurídicos à obra que lhes foi apresentada:

Quadro 3 - Indexação do livro “Medicina Legal”

	Descritor 1	Descritor 2
BJ 1	Medicina Legal	Ética Médica
BJ 2	Medicina Legal – Brasil	-
BJ 3	Medicina Legal	-
BJ 4	Medicina Legal	Perícia Médico-legal
BJ 5	Medicina Legal	-

Fonte: Dados da Pesquisa, 2013.

Diante da avaliação acerca dos descritores, observa-se a similaridade na maneira de indexar destes cinco bibliotecários. O assunto “medicina legal” se fez presente em todas as pesquisas e marca a indexação do Bibliotecário Jurídico 3, ao indexar tal obra com apenas este descritor.

A obra do professor Veloso foi a que menos obteve assuntos relacionados. Em todas as bibliotecas utilizadas na pesquisa, os bibliotecários mal a abriram, utilizando-se apenas do que ali continha no título. Os Bibliotecários Jurídicos 1 e 4 aventuraram-se e expandiram sua visão ao descreverem com mais de uma opção tal obra.

Conclui-se, que o livro de “Medicina Legal” foi a obra mais rápida a ser indexada, sem muitos detalhamentos. Tal fato deve-se a pouca intimidade que os bibliotecários jurídicos tinham com o material, tendo-se em vista que este tipo de obra não é encontrada nas bibliotecas ora avaliadas.



Tela 4 - Livro 4

AUTORIA: Bitencourt, Cezar Roberto.
TÍTULO: Tratado de Direito Penal / parte especial 2 / Cezar Roberto Bitencourt.-
EDIÇÃO: 10.ed. de acordo com a Lei 12.033/2009
IMPRESSÃO: São Paulo : Saraiva, 2010.
DESCRIÇÃO FÍSICA: 506p.
ASSUNTOS:
NÚMERO DE CHAMADA: 343 B624t 10.ed.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2013

“Tratado de Direito Penal: Parte Especial 2” do jurista Cezar Roberto Bitencourt, trabalha os crimes contra a pessoa e, como critério metodológico, atribuiu um capítulo para cada crime, seguindo a linha do Código Penal. Os delitos previstos neste título vão do artigo 121 ao artigo 154 do Código Penal Brasileiro (CPB).

Observa-se a seguir os assuntos conferidos ao que foi exposto aos profissionais:

QUADRO 4 - Indexação do livro “Tratado de Direito Penal parte especial 2”

	Descritor 1	Descritor 2	Descritor 3
BJ 1	Direito Penal	Brasil	-
BJ 2	Direito Penal – Tratado – Brasil – 2	Parte especial	-
BJ 3	Direito Penal	Crimes contra a pessoa	-
BJ 4	Direito Penal	Crimes contra a pessoa	Responsabilidade penal
BJ 5	Direito Penal	Crimes contra a pessoa	-

Fonte: Dados da Pesquisa, 2013.

Mais uma vez analisamos a semelhança quanto a indexação e ao modo de indexar de cada Bibliotecário.



Assim como nas obras anteriores, todos os bibliotecários utilizaram ao menos um descritor igual. Neste caso o termo “Direito Penal”, que remete ao título, foi aquele utilizado por todos os bibliotecários jurídicos.

Novamente, na obra apresentada, os profissionais fizeram uso dos termos descritivos encontrados no título, sem maiores detalhes do que há dentro da mesma.

5 ENTREVISTA

Como foi feita a indexação a partir das obras apresentadas para a pesquisa?

BJ 1: “A indexação na Biblioteca Setorial do CCJ é realizada através do sistema OrtoDocs da Biblioteca Central da UFPB, que nos permite importar dados no formato MARC.”

BJ 2: “Usei a tabela CDU junto com o catálogo de assunto daqui da biblioteca. Que é de assunto que é a de indexação.”

BJ 3: “Classificação, catalogação e o sistema SIAB.”

BJ 4: “Sem o auxílio de vocabulário controlado, ou seja, indexação livre, os termos não foram associados no momento da indexação, portanto pós-coordenada.”

BJ 5: “Através da análise do conteúdo foi escolhido o termo de acordo com o assunto do livro para futura recuperação da informação.”

A respeito da pergunta que lhes foi feita, os bibliotecários jurídicos (BJ) responderam-na de maneira clara. Em suas respostas explicaram que utilizaram, além dos *softwares* que são implantados em cada biblioteca, os vocabulários controlados que estão ao seu dispor. No caso específico do BJ4, este se utilizou da indexação pós-coordenada, que “[...] são aquelas que combinam ou coordenam os



termos no momento da busca. São utilizadas principalmente em sistemas automatizados.” (ARAÚJO *et al*, 2011)

Quão relevante é a indexação dentro das bibliotecas jurídicas?

BJ 1: “A indexação nas bibliotecas jurídicas tem sua relevância por trabalhar diretamente na linguagem do documento, traduzindo-a para uma linguagem controlada, vocabulário controlado, viabilizando, assim, uma representação temática do documento, o que permite uma pesquisa eficaz das informações contidas no acervo documental, ou seja, uma boa indexação facilita tanto a busca como a recuperação da informação.”

BJ 2: “Para ter um acesso melhor aos assuntos, porque sem a indexação fica sem localizar os livros na estante. A indexação é o principal.”

BJ 3: “Facilita muito para o empréstimo dos livros.”

BJ 4: “A indexação é essencial no tratamento de jurisprudência e legislação.”

BJ 5: “Muito importante, haja vista a localização rápida do artigo ou livro do assunto pesquisado.”

Sob análise das respostas colhidas para a segunda pergunta, percebemos que foi comum aos BJs a importância da indexação quando da necessidade de recuperação informacional. Quando observamos o que foi dito nas respostas referentes à terceira pergunta, notamos que as dificuldades foram as mais diversas. Enquanto uns acreditam não haver dificuldades, outros as expõem de forma que nos mostra claramente o que se enfrenta para que a informação desejada esteja ao alcance do consulente.

As respostas colhidas foram claras e objetivas, sem maiores detalhamentos. Alguns bibliotecários apresentaram maior agilidade quando desempenhava tal



atividade e outros se atinham às obras com mais afinco. Não queremos dizer que um bibliotecário ágil indexa melhor ou pior que um Bibliotecário mais moroso. Queremos apenas expor como foi realizada a atividade. Para que os bibliotecários ficassem mais à vontade, não impusemos um limite de descritores para cada um deles. Assim, alguns deles preferiram seguir as regras internas de suas instituições tomando como base o limite de cinco assuntos. Quando aplicada a entrevista, alguns dos profissionais não se sentiram familiarizados com o que estava sendo-lhes perguntado, mas não houve problema em respondê-las. Observamos a subjetividade da indexação, quando percebemos a similaridade, ou até mesmo igualdade, nos assuntos que foram utilizados. A diferença encontrada foi na quantidade de descritores que cada bibliotecário utilizou-se.

Quanto à receptividade, fomos sempre bem atendidos e os entrevistados colocaram-se à inteira disposição para todo e qualquer tipo de orientação posterior àquele encontro.

Quais obstáculos são encontrados quando se pretende indexar?

BJ 1: No momento da indexação, o único obstáculo encontrado em nossa Biblioteca é o de domínio da língua estrangeira, seja qual for, pois não temos Bibliotecários com conhecimento em outro idioma que não a língua portuguesa.

BJ 2: “Atualização do material da CDU. A que nós temos já não é tão nova, é uma xerox de 1997.”

BJ 3: “Nenhum.”

BJ 4: “A precariedade dos instrumentos especializados como tesouros especializados em direito.”



BJ 5: “Quando o livro trata de assuntos que requerem mais conhecimento de quem está indexando, mas fazendo uma leitura técnica, encontramos os conceitos ou tesouros que vão identificar os assuntos contidos na obra.”

6 CONCLUSÃO

Com o presente trabalho não se teve a pretensão de esgotar o tema da LD, o que acreditamos, fosse esse nosso objetivo, resultaria em uma tarefa inatingível pela dificuldade em realizar uma efetiva pesquisa acadêmica aprofundada, dispondo de métodos, instrumentos analíticos, e, sobretudo, de tempo. Além disto, a temática possui muitas peculiaridades teóricas, conceituais e operacionais transformando-se num mosaico analítico rico em premissas, possibilidades e efeitos.

A indexação toma forma a partir da análise do texto que é apresentado ao bibliotecário, no nosso caso, ao bibliotecário jurídico. Tal análise é denominada de Leitura Documentária, as conhecidas LDs. Assim, vemos que sem uma indexação adequada a informação não terá como ser disseminada, já que o usuário procurará por determinado assunto e não o encontrará, ou encontrará algo que não se encaixe naquilo que ele busca. É preciso ter conhecimento daquilo que está sendo trabalhado. É preciso saber do que se trata a obra que está sendo indexada. Nas bibliotecas jurídicas que visitamos é possível observar que os assuntos não são tão detalhados quanto os de outras áreas do conhecimento. O indexador precisa encontrar descritores que sejam compatíveis com o que o autor propõe. O que nos chamou a atenção quando da leitura prévia para a elaboração deste foi a questão da subjetividade que cada bibliotecário indexador carrega consigo. A individualidade no momento de desempenhar seu papel. Um segundo ponto que nos chamou muito a atenção foi o fato de que ao analisarmos os quadros de descritores vemos que quase não há subjetividade. Analisando outros trabalhos que seguem a mesma linha deste, vimos que há uma tamanha divergência entre os bibliotecários. Analisamos demais pesquisas e chegamos a conclusão de que isto era corrente no que concerne à área jurídica.



Nosso caminho foi trilhado pela prática exercida em todas as bibliotecas anteriormente citadas. Pudemos observar o quão rápida se deu a indexação das quatro obras apresentadas, ainda que na base de dados daquela biblioteca não houvesse sequer um dos livros inserido. Neste caso, o bibliotecário optou por procurar em tesouros que a instituição utiliza, não o encontrando, o fez de forma livre.

Concluimos, portanto, reconhecendo e enfatizando a importância do exercício do bibliotecário, que este proporciona aos usuários da biblioteca a informação desejada de maneira rápida, precisa, fácil e acessível, sem maiores burocracias.

REFERÊNCIAS

ALVARES, Lilian. **Indexação**. Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília. Disponível em:

<<http://www.alvarestech.com/lillian/Analise/Modulo4/Aula42indexacao.pdf>>. Acesso em: 10/04/2013

ARAÚJO, Helder Cunha Balbino de *et al.* Linguagens de indexação: uso das linguagens presentes na prática da indexação. In: XIV Encontro Regional de Estudantes de Biblioteconomia, Documentação, Ciência da Informação e Gestão da informação. 2011, Maranhão.

<http://repositorio.ufrn.br:8080/jspui/bitstream/1/6176/1/2011_Nadia.pdf>. Acesso em: 17/04/2013

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal - Parte Especial 2: dos crimes contra a pessoa**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

BOCCATO, Vera Regina Casari. O contexto sociocognitivo do indexador no processo de representação temática da informação. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**. Florianópolis/SC, v. 17, n. 1, p. 67-86, 2012. Disponível em:

<<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2012v17nesp1p67/22723>>. Acesso em: 12/04/2013

BOCCATO, Vera Regina Casari; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes (Orient.). **Avaliação do uso de linguagem documentária em catálogos coletivos de bibliotecas universitárias: um estudo sociocognitivo com protocolo verbal**. 2009. 223f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista, Marília/SP, 2009. Disponível: <http://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/boccatovrc_domar.pdf>. Acesso em: 23/04/2013



BORGES, Maria Manuel; Sanz Casado, Elias (Coords.). **A ciência da informação criadora de conhecimento**. 2009, p. 431-448. v. 1. Disponível em: <http://www.eventosiuc.com/ocs/public/conferences/1/schedConfs/1/actas_EDIB_CIC2009_1.pdf>. Acesso em: 10/03/2013

BRUZINGA, Graciane Silva; MACULAN, Benildes Coura Moreira dos Santos; LIMA, Gercina Ângela Borém de Oliveira. Indexação automática e semântica: estudo da análise do conteúdo de teses e dissertações. In: VIII ENANCIB - Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. 2007, Salvador. Disponível em: <<http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT2--117.pdf>>. Acesso em: 14/03/2013

CARVALHO, Jeferson Moreira de. **Adoção Internacional: Estatuto da Criança e do Adolescente e a Convenção de Haia**. 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2012.

CÔRTE, Adelaide Ramos e, et. al. **Automação de bibliotecas e centros de documentação: o processo de avaliação e seleção de softwares**. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 28, n. 3, p. 241-256, set./dez., 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v28n3/v28n3a2.pdf>> Acesso em: 05/05/2013

FRANÇA, Genival Veloso. **Medicina Legal**. 9. ed. reimpressão. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. A identificação de conceitos no processo de análise de assunto para indexação. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Campinas, v. 1, n. 1, p. 60-90, jul./dez., 2003. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/6266/1/Fujita.pdf>>. Acesso em: 25/03/2013

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. Modelo de leitura documentária para indexação de textos científicos como metodologia de ensino sociocognitiva: análise da aplicabilidade com uso de protocolo verbal com vistas à sua adequação. In: FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; RUBI, [Milena Polsinelli](#);

BOCCATO, [Vera Regina Casari](#). O contexto sociocognitivo do catalogador em bibliotecas universitárias: perspectivas para uma política de tratamento da informação documentária. **DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação**. Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, abr., 2009. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/abr09/Art_06.htm>. Acesso em: 14/03/2013

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro: direito de família**. 8. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2011.

KOBASHI, Nair Yumiko. Fundamentos semânticos e pragmáticos da construção de instrumentos de representação de informação. **DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 6, dez., 2007. Disponível em:



<http://www.usinadeletras.com.br/exibelotexto.php?cod=172&cat=Teses_Monologos&vinda=S>. Acesso em: 16/03/2013

LARA, Marilda Lopes Ginez de. Linguagem documentária e terminologia. **Transinformação**. Campinas, v. 16, n. 3, p. 231-240, set./dez., 2004.

LIMA, Gercina Ângela Borém. O Modelo Simplificado para Análise Facetada de Spiteri a partir de Ranganathan e do Classification Research Group (CRG). **Información, cultura y sociedad**, n. 11, p. 57-72, jul./dic., 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.org.ar/pdf/ics/n11/n11a03.pdf>>. Acesso em: 10/04/2013

SANTOS, Cibele Araújo Camargo Marques dos. **A leitura documentária: processo e leitura significativa**. (Trabalho em elaboração e revisão para ser publicado). 2009. Disponível: <<http://bibliotextos.files.wordpress.com/2012/03/a-leitura-documento3a1ria-processo-e-leitura-significativa.pdf>>. Acesso em: 12/04/2013

SERVIÇO DE REFERÊNCIA. **Relação de normas brasileiras de documentação**. 2005. Disponível em: <http://www.bu.ufsc.br/normas_brasileiras.html>. Acesso em 09/03/2013

SILVA, Andréia Gonçalves; CINTRA, Anna Maria Marques (Orient.). **Leitura documentária das fontes de informação jurídica**. 2008. 221f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.pos.eca.usp.br/sites/default/files/File/dissertacoes/2008/2008-me-goncalves-silva_andreia.pdf>. Acesso em: 07/03/2013

SILVA, Sebastião da; SILVA, Sebastião Severino da. **O olhar dos alunos – detentos da penitenciária professor Barreto Campelo sobre a escola**. Disponível em: <http://www.faculdadesenacpe.edu.br/encontro-de-ensino-pesquisa/2011/IV/anais/poster/013_2010_poster.pdf>. Acesso em: 19/06/2013.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ. Secretaria Judiciária. **Manual Básico Para Utilização do Sistema ALEPH**. Curitiba, 2007. Disponível em: <<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-pr-biblioteca-manual-do-sistema>>. Acesso em : 17/04/2013.